

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria cível.

Juiz Federal Titular: Dr. Theophilo Antônio Miguel Filho

Juiz Federal Substituto: vago

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 17 a 21 de outubro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
2. Verificar os processos suspensos, nos quais não tenha sido localizada a ordem judicial respectiva, ou ainda, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente;
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
4. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial;
5. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;
6. Regularizar as petições pendentes de juntada;

7. Observar a correta classificação das sentenças;
8. Buscar o cumprimento da Meta 05 do CNJ;
9. Especificar os tipos de bens constritos.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.º 12.057/2016– MPF/PR/RJ/GABPC, de 102/09/2016, e Portarias PR-RJ n.º 1103, de 02/09/2016, a Procuradora da República Dra. Marylucy Santiago Barra foi designada para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária eletrônica na 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr. Theophilo Antônio Miguel Filho, em exercício desde 1998.

. Substituto: vago.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 05

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 03

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Cível	Correição Setembro/2014	Correição Setembro/2016
Total	3.903	3.572
Suspensos	713	591
Ag. julgamento recurso	364	405
Tramitação ajustada	2.826	2.575

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em setembro de 2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de setembro de 2016, extraído em 10/10/2016.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/10/2015 até 30/09/2016): 7.232

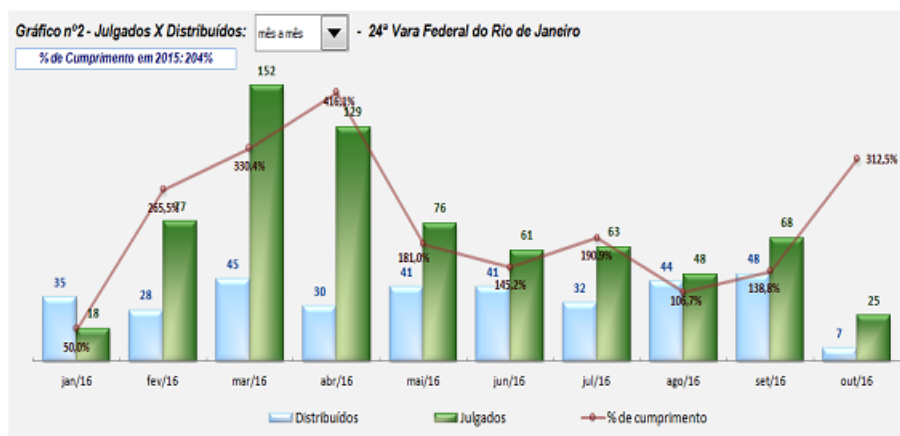
Período	01/10/2015 a 30/09/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.289	73,13	56
Decisão	606	8,38	25
Sentença	1.337	18,49	108
Total Geral	7.232	100,00	63

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 10/10/2016.

→ METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 204%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 10/10/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constam 101 processos pendentes de julgamento:

Data	Meta%	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
Sep-16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	24ª Vara Federal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.474	44.207	1.046	45.253	4.221	91%
Seções Judiciárias	69.608	62.243	2.893	65.136	4.472	94%
SJRJ	61.013	54.511	2.512	57.023	3.990	93%
SJES	8.595	7.732	381	8.113	482	94%
Total - 2ª Região	119.082	106.450	3.939	110.389	8.693	93%
24ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1.051	904	70	974	77	93%

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: 22 processos

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00210341820074025101: embargos à execução. Objeto: vencimentos de Servidores Públicos. Redistribuído por dependência em 02/09/2009. Despacho publicado em 19/06/2015 determinando o retorno dos autos à Contadoria para que elaborasse os cálculos referentes aos 10 autores/exequentes, bem como para que se manifestasse sobre as alegações de fls. 281/282 da parte autora. Vista à embargada sobre os cálculos, em 29/07/2015. Concluso para sentença em 21/09/2015.

00261382020094025101: embargos à execução. Objeto: imposto de renda pessoa física. Distribuição por dependência em 11/11/2009. Despacho publicado em 10/10/2016 determinando aos embargados apresentarem as declarações de imposto de renda referente ao período de 2002 a 2004, conforme requerido pelo Contador Judicial.

00014635620104025101: embargos à execução. Objeto: vencimentos de militares. Distribuição automática em 04/02/2010. Despacho proferido em 17/10/2016 determinando a intimação do Perito para apresentar o laudo da perícia realizada na parte autora, no prazo improrrogável de 10 dias, tendo que o mesmo é imprescindível para o prosseguimento do feito.

00039237920114025101: embargos à execução. Objeto: imposto de renda pessoa física. Distribuição por dependência em 16/02/2011. Sentença (tipo B) publicada em 07/10/2016.

00003079620114025101: embargos à execução. Objeto: imposto de renda pessoa física. Distribuição por dependência em 17/01/2011. Sentença (tipo B) remetida para publicação em 18/10/2016.

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 79 processos

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00229566520054025101: Ordinária/Servidores Públicos. Objeto: militar; responsabilidade civil. Distribuição automática em 22/11/2005. Publicado

em 01/09/2016 despacho determinando a Secretaria proceder à nova consulta no sistema AJG a fim de que seja designado Perito médico na especialidade de Otorrinolaringologia

00086563020074025101: Ordinária/outras. Objeto: responsabilidade civil. Distribuição automática em 16/05/2007. Remetido à Publicação em 14/10/2016 despacho do seguinte teor: “inicialmente, remetam-se os autos ao MPF, em atenção à determinação contida no despacho de fls. 746. Tendo em vista a impugnação ao laudo pericial apresentada pela parte autora (fls. 747/757), ao perito para esclarecimentos, no prazo de 15 dias (art. 477, § 2º, NCPC), dando-se vista às partes e ao MPF, em seguida, por 10 (dez) dias. Uma vez esclarecida a impugnação, solicite-se à Direção do Foro, via sistema AJG, que providencie o depósito dos honorários periciais, conforme fixados no despacho de fl. 713. Por fim, venham os autos conclusos para sentença.

00031561220094025101: Ordinária/outras. Objeto: responsabilidade civil/saúde. Distribuição automática em 04/02/2009. Despacho publicado em 21/07/2016 determinando vista às partes por 10 (dez) dias, para que se manifestem sobre o laudo pericial. Concluso em 23/08/2016.

00188773820084025101: Ação de Imissão na Posse. Objeto: Sistema Financeiro de Habitação- SFH. Distribuição automática em 06/10/2008. Despacho registrado no sistema em 25/07/2016 determinando a citação no endereço fornecido pela parte autora às fls. 84. Despacho publicado em 19/10/2016 determinando a CEF manifestar-se, em 10 dias, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

00008408920104025101: Ordinária/Imóveis. Objeto: Sistema Financeiro de Habitação- SFH/; responsabilidade civil. Distribuição automática em 27/01/2010. Despacho publicado em 13/06/2016 deferindo o pedido de dilação de prazo em 10 dias para que a Autora depositasse o valor dos honorários periciais, homologados em decisão de fls. 537 e, sem prejuízo, manifestassem as partes acerca do laudo pericial. Remetido para publicação em 18/10/2016, despacho determinando a expedição de alvará de levantamento do valor depositado à fl. 541 em favor do perito e indeferindo a dilação de prazo requerida pela CEF, posto que à vista às partes sobre o laudo pericial foi publicada em 15/03/2016 e reiterada em 13/06/2016.

00453996320124025101: Ordinária/Outras. Objeto: responsabilidade civil. Distribuição automática em 01/10/2012. Despacho publicado em 31/07/2015 do seguinte teor: “Tendo em vista a excepcionalidade da

citação editalícia, suspendo por hora o despacho de fl. 107. Renove-se a citação nos endereços informado pela autora de fl. 109.”

00443213420124025101: Ordinária/Outras. Objeto: responsabilidade civil. Distribuição automática em 18/09/2012. Sentença com data formal de publicação em 17/10/2016.

00406665420124025101: Ordinária/Outras. Objeto: pensão civil ou militar/responsabilidade civil. Distribuição automática em 20/07/2012. Despacho proferido em 22/10/2016, pendente de publicação, determinando a intimação do perito, em vista do tempo decorrido, para que apresentasse o laudo em 10 dias.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 10/10/2015, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 21/10/2016.
--

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação. Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)
Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.**

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 132%**, como ilustra o gráfico a seguir:

Data		Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara					
Sep-16	SJRJ	24ª Vara Federal do Rio de Janeiro					
Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	313	183	55	238	75	76%	109%
SJRJ	559	120	79	199	360	36%	51%
SJES	128	29	20	49	79	38%	55%
Total - 2ª Região	1.000	332	154	486	514	49%	69%
24ª Vara Federal do Rio de Janeiro	13	7	5	12	1	92%	132%

→ **Sem movimentação há mais de 100 dias:** não há feito nesta situação.

→ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 01 processo.**

Foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

00376534720124025101: despacho em 25/09/2012 determinando a notificação do Requerido para prestar resposta escrita no prazo de 15 dias, na forma do § 7º do art. 17 da Lei 8.429/92. Decisão em 17/04/2013 recebendo a petição inicial e a citação do Réu. Despacho em 05/05/2014 determinando vista ao MPF sobre a contestação. Determinado em 30/06/2015 vista às partes sobre a documentação carreada aos autos. Despacho em 02/08/2016 determinando a renovação da diligência no endereço de fls. 1539. Despacho em 30/09/2016 determinando a reiteração da diligência no endereço informado às fls. 1563.

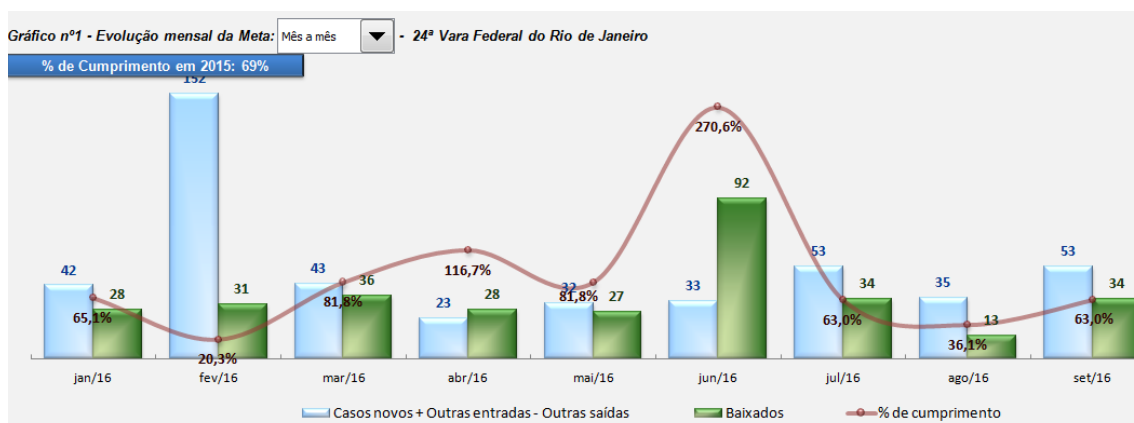
Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 10/10/2016, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 13/10/2016.**

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 69%**, como ilustra o gráfico a seguir:

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	20.434	16.240	9.687	9.134	39.937	77%
1º Grau / SJRJ	27.197	17.659	11.519	8.183	8.017	33.503	65%
1º Grau / SJES	7.993	2.775	4.721	1.504	1.117	6.434	149%
Juizado Especial Federal	10.803	29.337	29.077	1.304	335	12.032	96%
JEF / SJRJ	8.788	24.690	24.043	1.225	318	10.342	94%
JEF / SJES	2.015	4.647	5.034	79	17	1.690	107%
SJRJ	35.985	42.349	35.562	9.408	8.335	43.845	82%
SJES	10.008	7.422	9.755	1.583	1.134	8.124	124%
Total - 2ª Região	45.993	49.771	45.317	10.991	9.469	51.969	88%
24ª Vara Federal do Rio de Janeiro	934	414	323	177	125	1.077	69%



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação: de acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas, o percentual de cumprimento desta Meta é de 100%, inexistindo acervo pendente, como se verifica a seguir:

Data		Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
Sep-16	SJRJ	24ª Vara Federal do Rio de Janeiro				
Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	623	537	33	570	53	91%
SJRJ	877	598	69	667	210	76%
SJES	116	70	16	86	30	74%
1º Grau	993	668	85	753	240	76%
Total - 2ª Região	1.616	1.205	118	1.323	293	82%
24ª Vara Federal do Rio de Janeiro	18	17	1	18	0	100%

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
Ano_distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
Total geral			0

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 10/10/2016, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 13/10/2016.**

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Inaplicável à Vara correicionada.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Inaplicável à Vara correicionada.

➔ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA: MATÉRIA CÍVEL

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

Total: 05

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 02

Em trâmite: 03

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0022047-28.2002.4.02.5101: sentença publicada em 29/11/2004. Remessa ao TRF em 21/02/2005 e devolvido em 17/02/2011. Registrado no Sistema, em 02/03/2011, o sobrestamento dos autos até decisão final a ser proferida no RESP/RE interposto pela parte autora.

0024079-40.2001.4.02.5101: sentença publicada em 01/12/2005. Remessa ao TRF em 12/06/2006 e devolvido em 26/04/2010. Autos restituídos à 8ª Turma Especializada do TRF em 21/06/2010, por intermédio do OF. N. 230-1/2010, por motivo de requisição e devolvido em 04/04/2013. Registrado no Sistema, em 12/04/2013, o sobrestamento dos autos até decisão final a ser proferida no RESP interposto pelo MPF.

0000663-28.2010.4.02.5101: sentença de embargos de declaração em 18/09/2015. Registrado no sistema em 09/09/2016 despacho determinando vista aos apelados (MPF Réus) para contrarrazões. Após fossem os autos remetidos ao Tribunal Regional Federal.

0000958-31.2011.4.02.5101: processo concluso em 19/07/2016 e sentença de embargos de declaração registrada no Sistema em 14/08/2016.

0001970-22.2007.4.02.5101: processo concluso em 18/07/2016 e sentença proferida registrada no Sistema em 16/09/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 10/10/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 11/10/2016.**

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Classe 2002:

Total: 01
Suspensos: 01
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 00

0006578-39.2002.4.02.5101: processo suspenso por Embargos à Execução em 07/05/2013.

Classe 2010:

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 00

0002254-59.2009.4.02.5101: processo suspenso em 01/08/2012 até a decisão final do agravo manejado pela Impetrante.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 10/10/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 11/10/2016.

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Classe 6002:

Total: 03
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 02

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0096553-81.2016.4.02.5101: processo distribuído em 20/07/2016 e na mesma data concluso ao juiz.

0141604-52.2015.4.02.5101: sentença indeferindo a inicial publicada em 09/12/2015. Despacho publicado em 26/01/2016 recebendo a apelação e determinando vista à União Federal para contrarrazões. Localização: TRF-2ª Região.

0022461-89.2003.4.02.5101: sentença publicada em 18/10/2004. Remessa ao TRF em 27/04/2005 e devolvido em 05/04/2010. Registrado no Sistema, em 30/04/2010, o sobrestamento dos autos até decisão final a ser proferida no RESP/RE interposto pela parte autora.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 10/10/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 11/10/2016.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001:

Total: 08

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 07

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0089477-06.2016.4.02.5101: despacho proferido em 26/09/2016 do seguinte teor: “No prazo de dez dias, diga a parte autora sobre a contestação, manifestando-se, igualmente, sobre as provas que pretende

produzir, justificando-as. Em igual prazo, diga a parte ré se tem outras provas a produzir, justificando-as”.

0007963-56.2001.4.02.5101: sentença de embargos de declaração publicada em 04/08/2003. Remessa ao TRF em 21/11/2003 e devolvido em 29/07/2009. Reativação de suspensão em 04/05/2010 e encaminhado à Assessoria de Recursos do TRF. Registrado no Sistema, em 26/08/2010, o sobrestamento dos autos até decisão final dos agravos interpostos.

0000841-69.2013.4.02.5101: sentença de embargos de declaração publicada em 21/08/2015. Remessa ao TRF em 14/10/2015 para julgar recurso.

0005543-24.2014.4.02.5101: sentença publicada em 26/11/2016. Remessa ao TRF – 2ª Região em 05/04/2016.

0007963-56.2001.4.02.5101: sentença de embargos de declaração publicada em 04/08/2003. Remessa ao TRF em 21/11/2003 e devolvido em 29/07/2009. Publicado em 12/08/2009 o sobrestamento dos autos até decisão final a ser proferida nos agravos interpostos.

0008143-18.2014.4.02.5101: sentença publicada em 29/06/2015. Despacho em 06/11/2015 determinando a parte recorrente o recolhimento das custas do recurso, sob pena de deserção. Publicado em 09/12/2015 o recebimento do recurso. Remessa ao TRF em 26/02/2016 e devolvido em 12/09/2016. Despacho em 13/09/2016 do seguinte teor: “Mantida a sentença de parcial procedência, dê-se vista à parte autora para o que de direito, em 10 dias. Nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se”.

Classe 6006:

Total: 11

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 11

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0003187-32.2009.4.02.5101: sentença publicada em 01/08/2011. Remessa ao TRF em 03/11/2011 e devolvido em 24/09/2013. Determinado o cumprimento das sentenças condenatórias que contemplem execução por quantia certa, na forma do disposto no artigo 475-J do CPC, em 23/01/2014. Publicado em 25/02/2016, vista ao MPF para que se manifestasse sobre a quantia penhorada pelo Sistema Bacen-Jud, bem como sobre a sentença dos embargos à execução. Remetido para publicação em 06/10/2016 despacho determinando, entre outras medidas, a conversão da indisponibilidade da penhora, decorrido o prazo sem manifestação, e, via de consequência, a transferência do dinheiro penhorado para conta vinculada ao Juízo.

0006289-67.2006.4.02.5101: despacho publicado em 27/09/2016 determinando vista aos apelados, para querendo, apresentarem contrarrazões.

0006971-90.2004.4.02.5101: despacho em 25/04/2016 determinando vista aos apelados, para querendo, apresentarem contrarrazões.

0008599-02.2013.4.02.5101: sentença publicada em 03/10/2016. Remessa ao MPF em 10/10/2016 e devolvido em 13/10/2016 e na mesma data concluso ao juiz.

0009426-86.2008.4.02.5101: registrado no sistema em 29/02/2016 despacho recebendo as apelações. Remessa ao TRF em 24/06/2016.

0011764-96.2009.4.02.5101: sentença publicada em 07/05/2015. Remessa ao TRF em 03/11/2011 e devolvido em 24/09/2013. Despacho em 08/10/2015 determinando a expedição de mandado de penhora e avaliação. Vista ao MPF em 17/02/2016. Deferido bloqueio em 15/04/2016, via BACENJUD, dos valores de R\$ 3.914,20 para cada Réu, conforme requerimento do MPF. Registrado no sistema em 08/09/2016, despacho determinando vista ao MPF, considerando a notícia do pagamento da quantia de R\$ 3.914,20. Despacho em 10/10/2016 determinando a conversão do valor depositado pelo Réu em renda da União.

0023084-12.2010.4.02.5101: despacho em 14/09/2016 do seguinte teor: “Dê-se vista ao MPF sobre o depósito de fls. 849, em 10 dias. A latere, cumpra a Secretaria a parte dispositiva da sentença de fls. 820/828, oficiando-se ao CNJ acerca da referida sentença.”

0037653-47.2012.4.02.5101: despacho registrado no sistema em 27/01/2015 determinando oficial-se ao CREMERJ a fim de que encaminhasse ao Juízo cópia do Processo Ético-Profissional n. 2051/2012. Após, fossem os autos conclusos para exame do pleito de produção de 03 (três) provas testemunhais. Despacho registrado no sistema em 01/07/2015 determinando vista às partes sobre a documentação carreada aos autos. Certificado em 11/04/2016 não ter sido possível intimar a Patrona, embora o Oficial de Justiça tenha, por 05 vezes, ido ao local para cumprir a diligência. Determinada a renovação da diligência em 02/08/2016. Determinando em 30/09/2016 a reinteração da diligência no endereço informado às fls. 1563. Após, vista ao MPF.

Classe 6007:

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

Analísado, eletronicamente, o seguinte processo:

0135161-56.2013.4.02.5101: sentença publicada em 11/07/2016. Concluso para despacho em 26/07/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 10/10/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 13/10/2016.

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010:

Total: 08

Suspensos: 04

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 04

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0201069-22.1900.4.02.5101: despacho publicado em 01/04/2016 do seguinte teor: “Tendo em vista o trânsito em julgado dos Embargos à Execução, expeça (m)-se o (s) Requisitório (s), nos termos da Resolução 168 de 05/12/2011, do CJF, deduzindo-se o valor fixado na sentença dos Embargos, dando-se vista às partes acerca dos relatórios de conferência”. Publicado em 04/10/2016 despacho solicitando o crédito.

0209447-64.1900.4.02.5101: despacho registrado no sistema em 15/12/2009 de suspensão do processo para aguardar o deslinde dos Embargos n. 2009.5101.029383-9. Reativação da suspensão em 08/08/2013. Publicado em 31/03/2016 despacho determinando a expedição do mandado de Registro Imobiliário em favor de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A e uma vez cumprido fosse dado a baixa e arquivamento.

0209465-85.1900.4.02.5101: sentença publicada em 31/07/2016. Remessa ao TRF em 04/04/2008. Despacho publicado em 01/06/2012 determinando o sobrestamento do feito até a decisão final a ser proferida no agravo interposto pela UF contra a decisão denegatória de recurso especial. Certificado o trânsito em julgado em 03/12/2013. Publicado em 31/03/2016 despacho determinando a expedição do mandado de Registro Imobiliário em favor de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A e uma vez cumprido fosse dado a baixa e arquivamento.

0217825-09.1900.4.02.5101: despacho publicado em 13/10/2016 determinando vista à parte Autora sobre o cadastramento dos requerimentos, em 10 dias.

0265451-24.1900.4.02.5101: despacho publicado em 08/10/2014 do seguinte teor: “ante o trânsito em julgado dos embargos, expeçam-se os Requisitórios, nos termos da Res. 168/2011 do CJF, dando-se vista às partes acerca dos relatórios de conferência”. Registrado no sistema em 29/06/2015 despacho solicitando o crédito.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 10/10/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 13/10/2016.**

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/10/2015 A 30/09/2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 23 audiências designadas, sendo a primeira de 07/10/2015 e a última de 23/06/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Foram identificados os seguintes locais virtuais para as iniciais:

INICIAIS: 00 documento.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Diariamente, os estagiários lotados na Secretaria (Priscila e Gustavo) pegam no local virtual BALCÃO DE ENTRADA as ações livremente distribuídas, anotam as custas recolhidas e lançam no sistema Apolo a conclusão, encaminhando-os ao local virtual. Em seguida, a servidora lotada na Secretaria, Adriana, elabora minuta de despacho e encaminha para a mesa eletrônica do Magistrado.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, posição em 10/10/2016 às 15h28 e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 11 documentos, sendo o mais antigo de 07/10/2016, sob o nº 0137568-30.2016.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, posição em 10/10/2016 às 15h28.

. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Não foram identificados locais virtuais para prevenção.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Diariamente, os estagiários lotados na Secretaria (Priscila e Gustavo) pegam no local virtual BALCÃO DE ENTRADA as ações distribuídas por prevenção, lançam as custas recolhidas e encaminham para a mesa eletrônica do Diretor de Secretaria, que expede certidão relativa ao pedido/causa de pedir do processo que atraiu a prevenção e lança no sistema Apolo a minuta do despacho correspondente, encaminhando o processo, em seguida, para a mesa do Magistrado.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.

. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	10/10/2016
Conclusão até	30/09/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	430	99,77
Decisão	1	0,23
Sentença	0	0,00
Total Geral	431	100,00

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00190544120044025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, com distribuição em 27/09/2004. **Em 08/04/2015 despacho, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00330736620154025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, com distribuição em 07/04/2015. **Em 15/08/2015 despacho, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00208176319934025101. Trata-se de ordinária/outras, com redistribuição em 08/10/1993. **Em 14/09/2015 despacho intimando a parte autora, sendo este o último movimento.**

06958134119004025101. Trata-se de cautelar inominada, com redistribuição em 27/10/1989. **Em 08/09/2015 despacho deferindo a liminar para fins de permitir aos requerentes efetuarem o pagamento das prestações da casa própria, financiada pelo BNH, sendo este o último movimento.**

00058705220034025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, com distribuição em 24/02/2003. **Em 28/10/2015 despacho, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

<p>Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 10/10/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 18/10/2016.</p>
--

**. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	10/10/2016
Último Movimento até	30/09/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	233	52,95
Mais de 60	207	47,05
Total Geral	440	100,00

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00086546520044025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, com distribuição em 11/05/2004. **Em 02/05/2013 despacho deferindo o pedido retro. Despacho publicado em 16/04/2015. Parado desde então.**

01015403019974025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, com distribuição em 23/10/1997. Em 17/09/2013 despacho determinando que a Secretaria apense os autos do Processo nº 3280-6. Despacho publicado em 28/04/2015; **em 30/04/2015 remessa para a AGU por motivo de vista, devolvido em 15/05/2015. Parado desde então.**

00004920820094025101. Trata-se de cumprimento de sentença, com distribuição em 16/01/2009. **Em 27/05/2015 despacho determinando que a Secretaria providencie a declaração de bens e renda da parte ré. Despacho publicado em 11/06/2015. Parado desde então.**

00252621220024025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, com distribuição em 17/12/2002. **Em 19/03/2014 despacho determinando que se renove as diligências. Despacho publicado em 14/04/2015. Parado desde então.**

00168823919984025101. Trata-se de ação de consignação de aluguel, com redistribuição em 30/01/2012. **Em 11/06/2015 ato ordinatório**

determinando que a CEF compareça na Secretaria do Juízo, em 5 dias, a fim de agendar a retirada de alvarás a que faz jus. Despacho publicado em 30/06/2015. Parado desde então.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 10/10/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/10/2016.**

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em outubro de 2016, 39 documentos, sendo o mais antigo de setembro de 2016, referente ao processo n.º 00216785820074025101.

Por amostragem, verificamos os processos abaixo relacionados, que apresentaram documentos pendentes de juntada:

00216785820074025101. Petição n.º 2016.7152.037976-0
00140216520074025101. Petição n.º 2016.7152.036608-1
00140216520074025101. Petição n.º 2016.7152.034765-6
00267199419934025101. Petição n.º 2016.7152.041892-8
00262993020094025101. Petição n.º 2016.0024.000186-4

Os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento, eis que tiveram suas respectivas petições juntadas:

00141669220054025101; 00141669220054025101;
00190007020074025101; 06956592319004025101.

Não foram identificados locais virtuais para petições pendentes de juntada.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Ao longo e ao fim de cada mês são extraídos relatórios que permitem mensurar a distribuição, o acervo e a produtividade (despachos, decisões e sentenças proferidos), bem como identificar processos com prazo vencido, processos conclusos ou processos parados há

*dias e, ainda, a existência de **petições pendentes de juntada**. (g.n.)*

(...)

*Além do controle permanente de processos parados, processos com prazos vencidos, processos em carga e **petições pendentes**, são extraídos e analisados ao final de cada mês os relatórios estatísticos a fim de avaliar os resultados obtidos e a evolução da vara. Caso detectadas áreas nas quais seja possível incrementar a produtividade, são imediatamente implantados os ajustes (seja na distribuição das tarefas, seja no método ou periodicidade de realização das mesmas) que identifiquemos como necessários para atingir tal objetivo.” (g.n.)*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 10/10/2016, e Questionário pré-correição de 2016.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foram observados os seguintes endereços virtuais para controle de prazo:

AG. EXPEDIR ALVARÁ, com 06 documentos, sendo o mais antigo o de 01/08/2016, sob o nº 0034061-63.2010.4.02.5101;

AG. EXP PRECAT-RPV, com 20 documentos, sendo o mais antigo o de 01/07/2016, sob o nº 0015654-67.2014.4.02.5101;

AGUARDANDO EXPEDIR MANDADO, com 09 documentos, sendo o mais antigo o de 27/09/2016, sob o nº 0504349-58.2016.4.02.5101;

AGUARDANDO EXPEDIR OFÍCIO, com 09 documentos, sendo o mais antigo o de 27/09/2016, sob o nº 0009851-06.2014.4.02.5101;

AGUARDANDO RESP OFÍCIO, com 12 documentos, sendo o mais antigo o de 06/06/2016, sob o nº 0008002-96.2014.4.02.5101;

PRAZO, com 247 documentos, sendo o mais antigo o de 23/08/2016, sob o nº 0096473-20.2016.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais virtuais, posição em 10/10/2016 às 15h28.

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPTS, ETC)

Não foram verificados locais virtuais para cumprimento de ordem.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais virtuais, posição em 10/10/2016 às 15h28.

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	10/10/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	18
Documento	1
Total Geral	19

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos abaixo relacionados, que apresentaram regular andamento:

00045855820024025101; 00131062120044025101;
00214831020064025101; 00019702220074025101.

Nos processos abaixo relacionados, smj, não encontramos o despacho determinando o referido segredo de justiça:

00165408620024025101; 00220472820024025101;
00213542019974025101; 00068075720064025101;

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraída em 10/10/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 17/10/2016.

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2015 a 09/2016
	Processos	7.492
	Boletins	590
	Média (Proc. / Bol.)	12,70
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	11,50

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 10/10/2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **192** processos com prazo vencido, na seguinte situação, registrados os mais antigos de seus respectivos destinos:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0007756-33.1996.4.02.5101	Autor	13/01/2003	20/01/2003	5012
0009800-78.2003.4.02.5101	Réu	10/10/2011	24/10/2011	1813
0139810-93.2015.4.02.5101	Ministério Público	15/07/2016	02/08/2016	69
0046886-29.2015.4.02.5101	AGU	02/08/2016	05/09/2016	35
0018220-19.1996.4.02.5101	Procuradoria da República	123/04/2016	04/05/2016	159
0092402-09.2015.4.02.5101	Defensoria Pública	22/03/2016	14/04/2016	179
0004958-69.2014.4.02.5101	CEF	26/06/2014	10/07/2014	823

0154518-51.2015.4.02.5101	PGR	05/09/2016	21/09/2016	19
0003292-09.2016.4.02.5101	ECT	06/09/2016	23/09/2016	10
0012537-97.2016.4.02.5101	Procuradoria do Município do RJ	06/09/2016	27/09/2016	13
0018091-86.2011.4.02.5101	TRF 2ª Região	04/04/2013	07/05/2013	1252
0015127-57.2010.4.02.5101	AGU	02/05/2013	04/06/2013	1224
0009916-65.1995.4.02.5101	Partes	03/12/2014	15/12/2014	665
0007951-17.2016.4.02.5101	Procuradoria Geral do Estado de São Paulo	28/07/2016	05/10/2016	05

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 10/10/2016, vencidos e não devolvidos até 10/10/2016 e consultas ao Apolo, posição até 18/10/2016.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

- 1. Número total de processos suspensos (em 10/10/2016): 1.003**
- 2. Análises dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no Sistema Processual Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da

Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, onde alguns apresentaram irregularidade, eis que não foram, s.m.j, encontrados os despachos determinando a referida suspensão:

a) Aguarda decisão de instância superior: 199
00239253719924025101; 00097110719934025101;
01363033319924025101; 00184348720084025101;
00198855020084025101; 09228150219004025101.

b) Aguardando julgamento do STF de acordo com o art. 543-B e §§
1º e 2º (repercussão geral): 01
00198846520084025101.

c) Aguardando pagamento de RPV: 01
00038741019894025101.

d) CUMPRIMENTO PRECATÓRIO/RPV: 154
00212875020004025101; 00073675720104025101;

S.m.j., nos processos abaixo relacionados não encontramos o despacho determinando a referida suspensão:

00046183320114025101; 07318255419004025101;
00106193420114025101.

e) EMBARGOS À EXECUÇÃO: 201
01370597619914025101; 00060869619924025101;
00146998520044025101; 00153364120014025101;
07398098919004025101.

f) Outras suspensões – processos de conhecimento: 27
06259717119004025101; 00023292119974025101;
01241474719914025101; 01083849319974025101;
00253073119934025101.

g) Outras suspensões – processos de execução: 15
00464833219944025101; 00596871719924025101;
00270200719944025101.

S.m.j., nos processos abaixo relacionados não encontramos o despacho determinando a referida suspensão:

00590088019934025101; 00253459620004025101;

h) OUTROS FASE CONHECIMENTO: 19

06952002119004025101; 00010912020044025101;
00056589420044025101; 07087412419004025101.

S.m.j., nos processos abaixo relacionados não encontramos o despacho determinando a referida suspensão:

00002418319924025101;

i) OUTROS FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 172

06956619019004025101; 00011538420094025101;
00052503020094025101; 00444109219914025101;
00119644020084025101.

j) PARCELAMENTO: 02

00079200720104025101; 00730333519924025101.

k) Processo suspenso por recurso extraordinário com repercussão geral: 03

00027747220164025101; 01094764220164025101;
01175646920164025101.

l) REPERCUSSÃO GERAL (CPC, ART. 543-B e § 1º): 200

00051174219964025101; 05210758820084025101;
05202911420084025101; 00225149420084025101;
00115782020024025101.

m) Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 09

00133777919944025101; 00166143820054025101;
00200604920054025101; 00144749420064025101;
00272003720054025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 10/10/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 18/10/2016.

→ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.337

1. Com resolução de mérito.
 - i. Concedida a segurança: 31
 - ii. Concedida, em parte, a segurança: 05
 - iii. Concedido o *habeas corpus* 01
 - iv. Concedido, em parte: 11
 - v. Declarada decadência ou prescrição: 06
 - vi. Denegada a segurança: 56
 - vii. Embargos de declaração acolhidos: 14
 - viii. Embargos de declaração acolhidos, em parte: 06
 - ix. Embargos de declaração não-acolhidos: 117
 - x. Extinta a execução ou o cumprimento da sentença: 44
 - xi. Homologada a transação: 04
 - xii. Homologada renúncia do autor: 03
 - xiii. Improcedência liminar – art. 332 do CPC: 01
 - xiv. Julgado improcedente o pedido: 264
 - xv. Julgado procedente, em parte, o pedido: 92
 - xvi. Julgado procedente o pedido: 139
 - xvii. Julgado procedente o pedido –reconhecimento pelo réu: 03
2. Convertido em diligência: 10
3. Convertido o julgamento em diligência: 14
4. Em embargos de declaração acolhidos: 10
5. Em embargos de declaração acolhidos, em parte: 04
6. Em embargos de declaração rejeitados: 45
7. Resolução de mérito.
 - i. Extinção da execução: 14

- ii. Pedido improcedente: 79
 - iii. Pedido improcedente – dispensada a citação: 01
 - iv. Pedido procedente: 54
 - v. Pedido procedente, em parte: 34
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 03
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido do Réu: 01
 - viii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
 - ix. Pedido procedente com tutela deferida: 02
8. Sem resolução de mérito: 113
- i. Desistência da ação: 14
 - ii. Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 02
 - iii. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 22
 - iv. Extinto o processo por ausência dos pressupostos processuais: 11
 - v. Extinto o processo por desistência: 37
 - vi. Extinto o processo por negligência das partes: 03
 - vii. Extinto o processo por preempção, litispendência ou coisa julgada: 03
 - viii. Indeferido a petição inicial: 19
 - ix. Indeferimento de petição inicial: 01
9. **Vazias: 43**

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), com exceção dos casos apontados, por amostragem, neste relatório.

Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0011349-79.2010.4.02.5101; 0007040-73.2014.4.02.5101;
0007043-33.2011.4.02.5101; 0007091-84.2014.4.02.5101;
0007946-34.2012.4.02.5101; 0009020-55.2014.4.02.5101;
0009377-35.2014.4.02.5101; 0010549-75.2015.4.02.5101.

1.1 Sem classificação no corpo da sentença:

2. Sentenças do Tipo B1 (Homologatórias de Acordo):

0735390-26.1900.4.02.5101; 0070947-18.1997.4.02.5101;
0161190-75.2015.4.02.5101; 0123231-70.2015.4.02.5101;
0019508-84.2005.4.02.5101.

2.1 Sem classificação no corpo da sentença:

0054428-69.2014.4.02.5101 (consta classificação tipo A na sentença)

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0002185-37.2003.4.02.5101; 0061472-67.1999.4.02.5101;
0026808-58.2009.4.02.5101; 0026230-51.2016.4.02.5101;
0023001-89.1993.4.02.5101; 0020769-41.1992.4.02.5101;
0015619-59.2004.4.02.5101; 0014566-23.2016.4.02.5101.

3.1 Sem classificação no corpo da sentença:

0050126-94.2014.4.02.5101;

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0057438-87.2015.4.02.5101; 0088322-02.2015.4.02.5101.

4.1 Sem classificação no corpo da sentença:

**0078826-12.2016.4.02.5101; 0058363-49.2016.4.02.5101;
0063136-40.2016.4.02.5101; 0067171-43.2016.4.02.5101;
0078145-86.2016.4.02.5151; 0081493-68.2016.4.02.5101;
0088047-19.2016.4.02.5101.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 19/10/2016.
--

**➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Os processos com o timbre de prioridade são encaminhados à mesa eletrônica “Prioridade” para sentença. Esses processos são monitorados semanalmente e a equipe do gabinete age com máxima prioridade na elaboração de minutas se sentenças. Os processos incluídos nas Metas do CNJ também têm tratamento especial e mais célere, não existindo, na atualidade, pendências para julgamento.”

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição de 2016:

“Conforme já exposto no item anterior, os processos conclusos para sentença são incluídos na mesa eletrônica respectiva, e a equipe do gabinete trabalha em cada caso respeitando a ordem da data de

conclusão, exceto quando for para a aplicação das teses firmadas no STF e STJ.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

→ EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Informada	537	537
		Não Informada	549	549
		Natureza Executória	104	104
	Registro Sentença Antiga	Informada	27	27
		Não informada	18	18
		Natureza executória	01	01
		Total	1.236	1.236

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 10/10/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO

(de 01/10/2015 a 30/09/2016): 00

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 00
- b. Eletrônicos: 00
- c. Total de requisições: 00
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 00

- RPV's:

. Cadastrados: 00

. Enviados: 00

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 00

. Enviados: 00

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 10/10/2016.

→ GRANDES DÉBITOS

(Arts. 272 e 273 da CNCR)

NÃO SE APLICA

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD

(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado de 2016:

Quantidade de bloqueios comandados		Quantidade de requisições de informação comandadas		
Por número de protocolizações	Por número de réus/executados	Por número de protocolizações	Por número de pessoas	
04/ 2015	0	0	0	0
05/2015	0	0	0	0
06/2015	49	62	39	49

07/2015	4	6	1	1
08/2015	5	8	12	18
09/2015	10	14	3	5
10/2015	13	16	21	29
11/2015	10	16	4	5
12/2015	0	0	0	0
01/2016	0	0	3	3
02/2016	6	6	5	9
03/2016	17	20	10	11
Total	114	148	98	130

*Fonte – Bacen Jud- 2.0 – Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário – Relatórios Gerenciais
– Quantidade de ordens primários comandadas.

RENAJUD: O sistema não possibilita a elaboração de relatórios.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).
--

➔ LEILÕES

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).
--

➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, atualmente a Vara possui 05 registros de bens penhorados, que são os seguintes:

Processo n. 0005303-74.2010.4.02.5101

Executado: PAULO JOSE DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Exequente: PAULO JOSE DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Valor do Débito: R\$ 92.122,56

Tipo do Bem: Casa

Valor do Bem: R\$ 80.000,00

Data da Penhora: 17/04/2012

Quantidade: Local: Campo Grande

Processo n. 0028000-60.2008.4.02.5101- QUANTIDADE DE 03 (TRÊS) BENS CONSTRITOS DIFERENTES.

Executado: J B INTERLAR LTDA.

Exequente: SANDRA DA SILVA DANTAS BARBOSA

Valor do Débito: R\$ 31.128,06

a) Tipo do Bem: não especificado.

Valor do Bem: R\$ 4.000,00

Data da Penhora: 18/04/2013

b) Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: R\$ 3.000,00

Data da Penhora: 19/04/2013

c) Tipo do Bem: não especificado.

Valor do Bem: R\$ 7.000,00

Data da Penhora: 18/04/2013

Processo n. 0064722-55.1992.4.02.5101

Executado: UNIAO FEDERAL

Exequente: DIVILAM MADEIRAS LTDA

Valor do Débito: R\$ 2.099,08

Tipo do Bem: Bem Semovente

Valor do Bem: R\$ 2.500,00

Data da Penhora: 13/11/2012

Quantidade: Local: Gen Caldwell, 179 Rua Gen Cadwell, 179

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 10/10/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 24/010/2016.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR):

Não há.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 12/05/2016.**

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS

(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“são os constantes do artigo 147 a 151 da Consolidação de Normas, ressaltando-se que após a implantação do processo eletrônico e dos expedientes (alvarás, ofícios, mandados e cartas precatórias), também, eletrônicos, em muito diminuiu o manuseio e arquivamento de documentos na Secretaria. A Secretaria dispõe dos seguintes livros: a) Livro Tombo, b) Livro Ponto, c) Livro de Entrega de Autos; d) Livro de Vistas a Advogados e Peritos; e) Livro de Remessa de Autos ao MPF; f) Livro de Remessa de Autos à SECDP;

g) Livro de Remessa de Autos à Contadoria Judicial. Todos com termo de abertura e encerramento devidamente preenchidos e assinados.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 (Ofício nº JFRJ-OFI-2016-04824).

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição de 2016:

“Os móveis e utensílios da Vara estão regularmente cadastrados no serviço de patrimônio e sendo satisfatório o seu estado de conservação;”

Fonte: Questionário pré-correição de 2016, item 4.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição:

“Verificamos, por meio da autoinspeção, que foram alcançados os objetivos que anteriormente nos propuséramos a atingir e, com isso, obtidos resultados relevantes e que julgamos satisfatórios, notadamente em relação às reduções do acervo, do tempo de juntada de petições, de conclusão para sentença e de tramitação dos processos. Posto isso, entendemos que a meta desta 24ª Vara Federal durante todos os próximos 12 meses deve ser a constante manutenção e posterior perpetuação desse panorama positivo.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

→ ENCERRAMENTO

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Carlos Cesar de Sousa Diniz, Mat. n.º 10.604
José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035